

FMI PODERÁ ADIAR A APROVAÇÃO DO ACORDO

O presidente do Banco Central, Francisco Gros, admitiu ontem que a aprovação do programa de estabilização econômica pela diretoria do FMI, prevista para o dia 22, poderá ficar para o dia 29. A causa do possível adiamento, disse Gros, é o pouco tempo que os técnicos do Fundo terão para preparar um relatório complementar a ser distribuído aos diretores, contendo os esclarecimentos sobre as implicações fiscais da reforma tributária e da legislação sobre a rolagem das dívidas de Estados e municípios, aprovada pelo aprovada pelo Congresso, bem como do reajuste de 147,06% aos aposentados. Na quarta-feira, o secretário de Planejamento, Pedro Parente, que veio a Washington para dar as explicações, disse que tanto a questão dos 147% como da rolagem tinham causado "muita apreensão" no Fundo. Parente disse que uma outra razão para a postergação da votação do acordo com o Brasil é que a reunião do "board" do FMI do dia 22 será curta, pois o diretor-gerente da instituição, Michel Camdessus, está convidado para participar de uma conferência internacional sobre assistência às ex-repúblicas soviéticas, no mesmo dia.

O presidente do BC revelou o adiamento depois de uma reunião



Arquivo/AE

Francisco Gros
admite adiamento do
sim ao programa

de quase uma hora com o subsecretário do Tesouro americano, David Mulford, na qual estava acompanhado por Parente e pelo embaixador do Brasil em Washington, Rubens Ricúpero. Do Tesouro, Gros foi para a sede do FMI, onde, no início da noite, teria um encontro crucial com o diretor-gerente da instituição, Michel Camdessus. "Achamos que prestamos todos os esclarecimentos para que as dúvidas fossem dissipadas", afirmou Gros. "Se foram, ou não, tem que perguntar ao FMI". Como é de praxe, o Fundo não respondeu.

Paulo Sotero,
de Washington.